

ALEXANDRE E SEUS IRMÃOS:
PSICANÁLISE DE PIXOTES?*

O caso que é apresentado em seguida suscita uma série de questões que se referem não só à constituição do psicanalista — é um caso do início de uma prática clínica — mas, também, questões referentes a relações sociais de determinada natureza, a natureza clínica, numa sociedade que encerra dezesseis anos de ditadura militar e inicia um período de democracia formal.

Trata-se de uma experiência vivida muito intensamente durante três anos (1979-1981): uma tentativa de realizar terapia de rua com menores delinqüentes. Essa tentativa foi iniciada no Largo de Osasco, com um grupo de nove menores cuja idade variava entre 14 e 18 anos. Teve prosseguimento, ainda em Osasco, com um outro grupo de menores de 9 a 14 anos que variava entre 9 e 35 meninos. Essa primeira fase da tentativa durou cerca de 10 meses, em 1979; quando o Brasil se encontrava sob a ditadura militar, ainda que tanto a anistia aos exilados políticos como a transição para a democracia formal já tivessem sido anunciadas. O trabalho foi realizado por uma equipe de quatro psicanalistas, dois homens e duas mulheres, que promovia encontros semanais primeiro no Largo

go (em Osasco, cidade industrial com enormes favelas, que faz parte da Grande São Paulo) e depois num pátio de estacionamento de um supermercado localizado no centro daquela cidade. Quando a atividade no pátio teve início, a equipe sofreu um desmembramento: dois novos psicanalistas e eu passamos a trabalhar no pátio enquanto outros permaneceram no Largo. Realizei tal mudança porque desde o início do projeto estava interessado em trabalhar com crianças pequenas e abandonadas por seus familiares e os jovens do Largo eram adolescentes que possuíam uma atividade ocupacional — eram engraxates — ainda que também fossem delinquentes. Esses encontros eram realizados sempre às 6^{as} feiras, de 9:00 às 12:00 horas.

Finalmente, a terceira fase desta vivência teve a duração de um pouco mais de 2 anos e foi realizada com menores delinquentes moradores em uma favela de Campinas, cidade industrial localizada a 100 km a oeste de São Paulo. A experiência de Osasco foi apoiada pelas autoridades judiciárias do Estado e foi interrompida basicamente por dois motivos: o primeiro se deveu ao fato de que o trabalho com os menores, realizado por um grupo de profissionais cuja única filiação institucional em comum era a clínica, nos levou a descobrir complexas articulações entre eles e a polícia. Esta acabou nos seguindo até São Paulo, à nossa clínica e às nossas casas e passou a nos fazer ameaças e a praticar violências com nossos automóveis com os quais íamos a Osasco; o segundo é que os terapeutas se desentenderam e o grupo rompeu-se.

A terceira fase da experiência, em Campinas, era realizada todos os domingos de manhã, das 9:00 às 12:00 horas, com um grupo de 4 a 6 meninos de 6 a 16 anos de idade. Eu me dirigia à favela na qualidade de assessor para assuntos de violência da Assembléia do Povo. A Assembléia do Povo de Campinas é um movimento popular, uma federação de associações de favelados daquela cidade de 800.000 habitantes.¹ Nos domingos, encontrava-me com meu colega, um estudante de filosofia, ex-seminarista, numa padaria da cidade e

1. População da cidade, na época da experiência. Naquela época também havia em Campinas cerca de 75.000 favelados.

enquanto tomávamos o café da manhã conversávamos sobre as novidades da semana na favela de Vila Progresso e na Assembléia do Povo. Em seguida nos dirigíamos para a favela onde encontrávamos os meninos. A gente então, em geral, começava conversando de pé. Logo, entretanto, introduzi um trabalho com argila que já tinha usado em Osasco. Essa idéia foi adotada modificadamente a partir da leitura dos livros de Gisela Pankow que relatam e refletem sua prática com crianças psicóticas.

Esse grupo de meninos de Vila Progresso — nome que escolhi para designar o bairro de classe média, construções novas, localizado na periferia de Campinas em cujo coração se encontra a favela: uns 60 barracos equilibrados numa ribanceira - era conhecido como "o bando do Alemão".

O "terrível Alemão" — como assim era conhecido e chamado pelos moradores da favela — era um garotinho que dizia ter 11 anos mas que possuía um corpo que não iria além dos nove. O "bando do Alemão" — que descobri ter o nome de Alexandre - era em boa parte composto por seus seis irmãos mais velhos e uma irmã de 14 anos, todos muito magros, com dentes cariados e roupas surradas, mal disfarçando fome crônica. Alexandre e seus irmãos não tinham pais (o plural se justifica porque não eram filhos do mesmo homem). Viviam com sua mãe que havia encontrado na prostituição disfarçada a sua forma de vida e que estava convencida de que nada podia fazer por seus filhos, ou melhor, afirmava, meio sem jeito, que seus filhos eram uns perdidos, que não tinham mais solução e não havia quem pudesse com eles. Quando, uma vez, perguntei a essa mulher o que significava ter um filho, respondeu: "cada filho que tenho é mais um estômago para sustentar, é mais uma boca prá alimentar, é mais uma preocupação..."

Quando comecei a estabelecer contato mais íntimo com Alexandre e com os favelados, fui percebendo que não era à toa que ele era chamado de Alemão: tratava-se, além de ser um menino loiro, do terrível inimigo dos "aliados", isto é, dos moradores da favela de Vila Progresso, que viam em Alexandre/Alemão o depositário de todos os males violentos ocorridos na favela.

O encontro que desejo narrar começa com minha chegada na favela trazendo um saco de argila. Alexandre está com um de seus irmãos sentado no meio-fio, em frente ao barraco onde mora. Após nos cumprimentarmos sento-me ao seu lado e permaneço algum tempo em silêncio. Alguns minutos talvez, porque sei que nem Alemão nem seu irmão falam. São sempre silenciosos. Quando falam, dizem frases muito curtas e, muitas vezes, sem nexo.

O irmão de Alemão é torcedor do São Paulo Futebol Clube e aí nos encontramos. Digo: "Então, são paulino, como andam as coisas?" "Bem", diz ele. Olha para a argila e me pergunta: "Posso pegar um pouco?" "Claro", digo eu, abrindo o saco plástico. Ele tira um pedaço de argila e começa amassá-la com as mãos. O silêncio se restabelece. Depois de algum tempo, Alemão, que se mantinha quieto e silencioso numa posição um tanto deprimida, meteu a mão no bolso, tirou umas figurinhas e começou arrumá-las no chão. Aí eu disse: "Você é bom no bafo?" Ele fez um gesto como a dizer "Eu não me importo". Silêncio.

Alemão: — E você sabe jogar?

Eu: - Acho que sei. Arrume aí.

Ele arrumou as figurinhas e eu bati. Algumas viraram.

Ele me olhou com um olhar de espanto e admiração. Juntou as figurinhas e me deu para arrumá-las. Eu as arrumei, ele bateu e as figurinhas não viraram. Então bati eu e elas permaneceram imóveis. Nesse intervalo Alemão arregaçou a manga de sua camisa preparando-se para bater. Foi aí que vi que a parte interna de seu punho direito tinha umas quatro ou cinco marcas de queimadura arredondadas. Imediatamente pensei que aquilo poderia ser uma tortura com cigarro. E perguntei:

—O que é isso?

—Mosquitinhos, disse ele.

Peguei sua mão e olhei mais de perto pois as marcas não me pareciam mordidas de mosquito, especialmente porque as via com os meus olhos míopes, e disse:

—Isso não é mordida de mosquito!

Ele me olhou como se eu fosse meio bobo e respondeu: — Não. São queimas de fósforo

Foi então que me lembrei de uma brincadeira infantil na qual as crianças encostam na pele cabeças de fósforo em brasa e deixam para ver quem aguenta mais tempo. Aí falei: "Como foi isso?"

- Uma brincadeira.

—E como foi?

—Ah! Tinha uns moleques e a gente começou a brincar, prá ver quem era o bão.

Dizendo isso, Alexandre juntou as figurinhas, botou-as de volta em seu bolso e desdobrou a camisa; pegou um pouco de argila e começou amassar o barro. O silêncio se fez. Voltei minha atenção para o irmão de Alexandre que fazia uma série de "cobras" com o barro e as havia colocado no chão. Perguntei-lhe: "O que você está fazendo?" Ele disse: "Uma casa". Eu repeti: "Uma casa?" Ele disse: "É. Vou juntar essas partes e fazer uma casa". Eu disse: "Mas será que essa casa pára de pé?" "Claro. Quer ver?" E começou a tentar botá-la de pé sem sucesso. Enquanto isso Alexandre produzia um objeto com o barro. Perguntei: "É você, o que está fazendo aí?" "Uma televisão", disse o menino. "E o que passa na sua TV?" "Anúncios... anúncios de comida". Eu lhe disse: "Sabe o que eu acho, ..., que a sua TV parece uma barriga... cheia de comida". Ele me olhou e respondeu: "É". Eu falei: "E você tá com fome? A sua TV tá vazia?" "Não... eu comi alguma coisa lá em casa". Voltei a falar. "E, sabe, eu acho também que a sua TV tem que ver com as queimaduras de seu braço". Ele ficou me olhando como se eu tivesse dito uma asneira. Acrescentei: "Ser bão talvez queira dizer, também, não dar trabalho prá sua mãe... se tivesse bastante comida, né?" Ele aí me olhou com outros olhos... levantou-se e saiu correndo - como se tivesse com "fome de bola" - em direção a um grupo de meninos que batiam bola perto de onde estávamos. Seu irmão, cansado de tentar pôr de pé aquela estranha casa, saiu atrás dele, sem me darem tempo de falar sobre um sonho que Alexandre havia me contado em nosso encontro da semana anterior. Tratava-se de uma perseguição por uma enorme cobra. Alexandre corria e corria, mas não conseguia escapar da cobra que o perseguia. Gostaria de ter dito

para Alexandre que talvez a cobra de seu sonho tivesse que ver com as queimaduras em seu punho.

Mas ele tinha ido embora e era hora também de partir.

Naquela época pensava sobre a relação entre imagem corporal e cidadania.

Pensava que, apesar de fazermos parte duma nação, seria um equívoco dizer que por isso somos cidadãos. Isso porque a cidadania é conjunto de relações que mantemos com o Estado e demais membros dessa nação da qual fazemos parte, quer seja por nascimento, quer seja por adoção. As relações que mantemos com os outros são, por sua vez, eminentemente legais (ou ilegais quando códigos existentes são transgredidos por uma ou ambas as partes), isto é, são relações políticas. Para que possamos manter relações políticas é necessário portanto, que possamos ter uma representação - a da Lei - ou seja, a realidade como um campo estruturado. É claro que não nascemos com essa idéia. Na verdade, a Lei é representação que se impõe sobre uma totalidade visando distingui-la e ordená-la. Ao definir o que é proibido e o que é permitido, a Lei separa e distingue partes de uma totalidade dando-lhe organização. Mas essa idéia só se constitui sobre campo propício e adequado. O corpo é o campo no qual a Lei incide, constituindo-o e constituindo-se. Quando se tem imagem totalizada e organizada do próprio corpo, a incidência da Lei separa, distingue e só assim é possível manter-se íntegro. A Lei esclarece os limites do corpo que, dessa forma, vive essa complexa experiência que alguns chamam de constituição do sujeito.

A representação fragmentada do corpo é propiciada pela arbitrariedade. Assim, a breve história de Alexandre é uma sucessão de arbitrariedades: é tratado pela mãe como um delinquente; é visto pela vizinhança como um inimigo; nem sempre tem o que comer; vive sujo e maltrapilho. Assim, não seria um equívoco supor que Alexandre queime seu próprio braço porque acredita que o braço é sua "maldade" que deve ser castigada. Tal crença é produto da arbitrariedade e da violência que Alexandre constantemente experimenta

enquanto ser humano. Quem imagina seu corpo como barriga constitui imagem fundada na arbitrariedade que transforma experiência parcial numa totalidade. Enquanto Alexandre representar seu corpo dessa forma, a idéia de campo totalizado e ordenado não se fará presente em sua mente simplesmente porque não será possível pensar um conjunto de elementos distintos — cabeça, tronco e membros — que se organizam de forma ordenada e que passam a compor um todo — um corpo — a partir dessa representação. Em outros termos, o corpo fragmentado é produto da arbitrariedade e esta é a ausência da Lei. Por isso, inclusive, Alexandre é capaz de queimar seu próprio braço: não há ninguém que o respeite e o queira bem. Seu pai é desconhecido; sua mãe está convencida de que ele não tem jeito, de que ninguém pode com ele; os moradores da favela têm medo e raiva dele; os moradores do bairro não o querem ver nem pintado; na cidade, para onde vai algumas vezes catar papel, Alexandre é desprezado e escoraçado. Ele ora é uma barriga, ora o terrível "Alemão", o braço inimigo de Vila Progresso.

Como já disse, a situação vivida por Alexandre não é única. A arbitrariedade é mesmo expressão de relações discricionárias que ignoram o ser humano. Nas relações arbitrárias o ser humano é tratado como "mão de obra", "braço para a lavoura", "mercadoria", "cérebro" (por exemplo: "há fuga de *cérebros* da América Latina para a Europa e os Estados Unidos"), e assim por diante.

Mas, como será possível a constituição de uma sociedade democrática onde parte considerável de sua população vive a arbitrariedade, a ausência da Lei, a fragmentação de si? A outorga de constituição democrática é condição necessária mas não suficiente para o término da arbitrariedade que passa pelo corpo e que impossibilita a manutenção de relações políticas que constituem a cidadania. A construção da sociedade democrática implica no fortalecimento da sociedade civil que possui exigências peculiares que vão muito além da outorga de uma constituição: depende, enfim, de condições que constituem o cidadão.

Alguns meses depois desta sessão interrompi minhas visitas à favela de Vila Progresso. Esta decisão se baseou num sentimento de profundo medo e de uma sensação de crescente desamparo que fui sentindo ao longo do trabalho e que estavam, em grande parte, associados ao terror e desamparo vividos por Alexandre e seus irmãos. Hoje creio que minha decisão refletiu o principal problema desse tipo de trabalho: a demanda por uma terapia psicanalítica. Creio que se demanda havia, em nenhum momento ela foi explicitada e, é mesmo possível que tal demanda não existisse. Mas também estava associada ao fato de os irmãos mais velhos de Alexandre aparecerem com uma sub-metralhadora, arma privativa das forças armadas do Brasil. Além disso, meu medo e desamparo se deviam à extrema fragilidade da instituição da qual fazia parte. A Assembléia do Povo era uma organização de favelados e, como tal, tinha as fraquezas comuns às organizações desse tipo, ainda que representasse 48 favelas existentes em Campinas. A Assembléia do Povo de Campinas começou a funcionar em 1980 em torno da questão da posse da terra onde estão instaladas as favelas do município e a sua ocupação. A luta pela posse e ocupação da terra possibilitou a constituição das Associações de Favelados e, acima de tudo, a meu ver, a possibilidade de constituição de um espaço onde os favelados colocam suas vontades e discutem a possibilidade de suas realizações. Assim, as discussões que vinham sendo realizadas em torno da questão da posse e da ocupação da terra começaram a ser ampliadas para outras questões - como a da violência — que preocupavam os favelados. A luta pela posse e ocupação da terra que envolve o Prefeito e a Câmara Municipal, bem como a imprensa local e outros grupos interessados, ainda não terminou. Os favelados obtiveram algumas vitórias e algumas derrotas. Tanto a luta como as discussões que os favelados realizam possibilita a consciência de que a realização de suas vontades passa pela questão do código e que o código é, antes de tudo, uma questão política. Estão descobrindo, também, que a formulação de seus direitos e deveres, a sua mobilização e a sua participação, como povo, nas reuniões da Câmara Municipal têm eficácia para conseguirem o que desejam. Dessa forma, a mera outorga do código democrático, ainda que

seja condição necessária, não é suficiente para a constituição da cidadania. Os direitos do cidadão — o livre credo, a garantia do uso da palavra, o livre trânsito, etc. — compõem as condições sociais, o cenário em que pode vicejar a cidadania. Mas, a garantia do uso da palavra e seus limites, por exemplo, só se realizam e atualizam na medida em que as pessoas tenham o que falar e essa não é uma questão automática nem mecânica como atesta a própria experiência da Assembléia do Povo de Campinas. Assim, a questão da posse e ocupação da terra ou a questão da violência foram se constituindo em problemas que envolvem vontades ao longo de práticas existenciais que incluem conversas e discussões. Não se cria cidadão por decreto. É necessário que ele vá se constituindo na medida mesmo de sua própria existência. E quando falo em existência estou me referindo a um complexo de fatores que envolve tanto a separação como a identificação. Creio que dois exemplos serão suficientes para ilustrar esse argumento. No início do movimento que acabou por se constituir na Assembléia do Povo de Campinas, os moradores das favelas recusavam o nome de "favelados". Esse nome possuía conotações muito negativas que eram (e ainda são) atribuídas pelos meios de comunicação de massa e pelos que não moram em favelas. Nessa altura era impossível se pensar por exemplo, em "Associações de favelados" ou na "luta dos favelados". Na medida, entretanto, em que os moradores das favelas foram descobrindo que se distinguiam de outros segmentos da população e que ser favelado não é ofensa, foi-lhes possível aceitarem o nome pelo qual hoje se chamam com certo orgulho e muita coragem. Esse processo de distinção vem dependendo do relacionamento estabelecido pelos favelados, ou seja, a constituição da cidadania depende do outro que distingue, separa, impõe os limites e assim constitui alguém. Assim, dentre os que colaboram para a constituição e o fortalecimento da Assembléia do Povo estão os jornais de Campinas. Em diversos momentos, os jornais distorceram ou omitiram notícias sobre a luta dos favelados que foram descobrindo que os jornais eram diferentes deles e que não estavam necessariamente a seu favor. Essa descoberta provocou raiva, tristeza, indignação. Mas fez com que os favelados se

vissem na contingência de pensar em um sistema de comunicação que fosse mais fidedigno ao mesmo tempo em que está se formando a consciência de que suas vontades nem sempre coincidem com as da imprensa local. A partir dessa constatação fica diferente se chamar de favelado porque, como diz um deles, "nós não somos aquilo que os jornais e a televisão dizem que somos".

Outro aspecto que muito me impressionou na Assembléia do Povo foi o entusiasmo e o orgulho revelados no jeito daquelas pessoas que, muitos pela primeira vez em sua vidas, experimentavam a velha prática da cidadania. A experiência de falar sobre direitos, deveres, necessidades e vontades amplia a consciência de seus participantes e lhes dá uma auto-estima fundamental para a vida. Aquelas pessoas que trabalham 14, 15 e até 16 horas por dia "gastam" com enorme prazer 3 horas semanais de seu sono precioso para praticarem com orgulho e prazer a experiência da cidadania.

A impressão que tenho é que o orgulho e o prazer advindos dessa prática estão intimamente ligados à sensação de que os favelados são alguém, que existem, que são escutados e respeitados quando falam. Há pouco tempo essas pessoas foram obrigadas a sair da terra onde trabalhavam sem que ninguém estivesse disposto a ouvir o que tinham a dizer e vieram para Campinas em busca de trabalho e moradia. Para eles, portanto, a experiência da Assembléia do Povo é tão mais importante na medida em que os tira de um silêncio semelhante ao do recém-nascido: mundo que existe apenas como corpo. A cidadania possibilita o discurso que constitui o sujeito: alguém que fala, pensa e tenta construir seu destino dentro de uma estrutura social. E essa experiência é tão emocionante como o nascimento.

Apesar desses aspectos positivos, era para mim altamente duvidoso que um grupo de favelados pudesse sustentar uma crise entre a polícia e os menores delinquentes com quem estava trabalhando, sem ser ameaçado de dissolução.

Cerca de um ano após haver terminado a minha participação nesse trabalho, soube que o são-paulino, irmão de Alexandre, havia sido preso e assassinado pela polícia e que Alexandre estava sendo procurado pelas autoridades policiais de Campinas.

Este trabalho com menores delinqüentes levou-me a pensar que esses menores são delinqüentes porque são abandonados. A delinqüência é um sintoma do abandono que se manifesta sob a forma de ações violentas acompanhadas de surtos alucinatórios.

O menor abandonado é, antes de tudo, uma criança desamparada, ou seja, é a que não tem pai e que, freqüentemente, depende da caridade para sobreviver.

Assim, minhas observações, bem como leituras de textos pertinentes ao assunto, levam-me a afirmar que o desamparo do menor abandonado ocorre em primeiro lugar e acima de tudo no âmbito da família — a instituição que realiza a intermediação entre os que nascem e a sociedade em que nascem. Além disso, o desamparo do menor se deve à uma falta do pai — o que, para muitos, pode parecer uma afirmação um tanto radical e estranha!

Tal afirmação torna-se mais misteriosa ainda porque quando afirmo que o menor abandonado não tem pai, não pretendo dizer que o personagem paterno seja inexistente. Freqüentemente tenho observado que existe uma figura paterna degradada que, apesar de estar presente, não consegue desempenhar as funções de pai.

Talvez, a primeira questão que pode surgir para o leitor dessa frase é: "por que é no interior da família que se dá o abandono?"

O abandono do menor é sempre um desamparo familiar porque, por um lado, o ser humano é institucionalizado, isto é, não consegue viver fora de instituições apesar de mitos como "Robinson Crusóé" ou "Mowgli, o menino lobo" e, por outro lado, devido à intensa precocidade com que nasce. A precocidade faz o ser humano dependente de outros: os outros que se dedicam aos cuidados necessários antes e depois do nascimento. O ser humano é, assim, por muito tempo — o tempo da infância -- profundamente dependente dos adultos que se dedicam à sua produção — gestação, concepção e os complexos e persistentes cuidados pós-natais que são

necessários à sobrevivência. Esses adultos são chamados de mãe e pai.

Na nossa sociedade, onde predomina a família nuclear patriarcal, ou seja, uma unidade estrutural composta de pai, mãe e filho(s), relativamente isolada de outros parentes consanguíneos ou afins, a figura do pai concentra uma dupla função: em primeiro lugar, ele é responsável pela guarda dos tabus familiares - especificamente pelo tabu do incesto - e, em segundo lugar, desempenha um papel de padroado mais familiar, de senhor em técnicas e de tutor da audácia nos empreendimentos. Dessa forma, a função paterna, na família nuclear patriarcal, é tanto repressiva como transgressiva.

A minha experiência me faz crer que o menor abandonado é aquele que é carente em relação a essas funções, em decorrência da degradação porque passa a figura paterna.

Não pretendo dizer, com isso, que a mãe também não é responsável pelo abandono. Ao contrário, estou disposto a afirmar — ainda com base na minha experiência — que a mãe, muitas vezes, também abandona os filhos. Mas tenho notado que o abandono materno ocorre quase sempre junto ou imediatamente após o abandono paterno. Geralmente, a mãe abandonada e abandonadora possui um discurso degradante a respeito dos homens em geral e do marido em particular. Discurso que possui uma correspondência na realidade social na medida em que o pai é uma figura ausente e/ou degradada. Assim, o abandono do pai não depende só de sua ausência ou degradação mas depende, também e talvez fundamentalmente, da maneira como a mãe fala dessa figura, ou seja, depende do nome do pai pronunciado pela mãe.

Assim, os problemas que afetam o menor abandonado são diferentes dos que atingem o menor trabalhador, por um lado, e os que se referem ao menor infrator, por outro lado, ainda que, a qualquer momento, um menor abandonado possa se transformar num trabalhador ou num infrator.

Entretanto, o desamparo que caracteriza o menor abandonado ocorre também nas mais diversas instituições de nossa sociedade. Assim, não existem informações a respeito do número de menores abandonados no Brasil, no Estado de

São Paulo, ou em Campinas. As estimativas são grosseiras e sujeitas a grandes erros.

O desamparo em que se encontra o menor abandonado se manifesta, também, na ausência de políticas visando especificamente os problemas dessa população. Assim, os partidos políticos - sem exceção - sequer referem-se a esse personagem tanto em seus programas como em suas discussões. Organizados como estão para a disputa eleitoral parecem não se preocupar com os que não votam.

O Estado, por sua vez, nada tem dito ou feito sobre os problemas que afligem o menor abandonado.² Trata do menor delinqüente — parcela do contingente de menores abandonados — de forma extremamente insatisfatória. Assim, o confinamento em instituições de tipo FEBEM parece ser o único programa estatal explícito existente. Digo que esse é o único programa estatal explícito porque a simples leitura de jornais sugere a existência de um outro programa que foi executado pela polícia do Estado de São Paulo há alguns anos, até 1983: o genocídio, o extermínio em massa de menores abandonados a quem são atribuídos delitos que parecem justificar o assassinato. Assim, naquele ano, a *Folha de São Paulo* noticiou o assassinato, pela polícia, de pelo menos 30 menores só no bairro de Santo Amaro, em São Paulo, durante o ano de 1982. A mesma notícia dizia que o número de menores assassinados é provavelmente muito maior e que tal programa conta com o apoio dos comerciantes do bairro. Essa prática não é nem recente nem restrita àquele bairro. Menores abandonados foram assassinados pela polícia na periferia de São Paulo durante todos os anos da ditadura militar. Não creio que essa prática seja o produto de um programa conscientemente formulado pela polícia. Entretanto, penso que o hábito de assassinar menores constitui um programa inconscientemente desenvolvido por elementos dessa instituição.

Finalmente, há diversas instituições filantrópicas particulares que recebem ajuda do Estado e que estão voltadas para a integração militarizada de menores no mercado de trabalho

2. Depois de 1983, o Estado passou a se preocupar com essa questão.

Em Campinas, existem organizações que denominam os menores de "guardinhas", "vigilantes", "patrulheiros" e que os colocam a trabalhar uniformizados. Não sou necessariamente contra o trabalho do menor ainda que essa seja prática inconstitucional. Não sou necessariamente contra porque reconheço que os salários miseráveis que esses menores recebem muitas vezes são fundamentais para o sustento da família a que pertencem.

Entretanto, quero observar que a, exploração do trabalho do menor serve como mecanismo rebaixador de salários de adultos e como instrumento para aumentar o chamado "exército industrial de reserva". Assim, muitos adultos se vêem na contingência de terem que aceitar salários equivalentes aos pagos aos menores se quiserem trabalhar como secretários, mensageiros, atendentes, etc.

Além disso, a exploração militarizada do trabalho do menor impede a vivência da infância. Digo isso porque parece que as autoridades se esquecem de que o menor é, antes de tudo, uma criança e que, como tal, tem direito à infância, isto é, à fase da vida em que brincamos, empinamos pipa, jogamos bolinha de gude e bafo, quebramos os vidros dos vizinhos e fazemos outras estrepolias. Mas, acima de tudo, exploramos o mundo e desenvolvemos uma visão das coisas e das pessoas. O enquadramento do menor num exército de trabalhadores não dá acesso à infância e, com muita probabilidade, produzirá adultos desajustados.

Entretanto, o mais grave desamparo do menor abandonado é, sem dúvida, o que decorre da degradação da função paterna. A miséria, o desemprego, o salário aviltante, as longas horas gastas no trabalho e no trânsito, a ausência de moradias adequadas, são alguns dos fatores responsáveis pela degradação da figura paterna que não consegue sustentar seus filhos.

Ninguém precisa ter entrado num barraco de favela — em Campinas existem cerca de 15.000 abrigando cerca de 75.000 pessoas - para imaginar a promiscuidade aí existente. Mãe, pai e filhos compartilham com freqüência a mesma cama e, assim, todos participam de práticas íntimas em que o tabu do incesto não é respeitado. A violência institucionalizada com que os adultos tratam as crianças espancando-as como se

fossem criaturas maléficas por nascimento, só serve para degradar ainda mais a figura do pai aos olhos do filho. Enfim, pouca imaginação é necessária para se admitir que o desamparo do menor abandonado está intimamente associado à degradação da figura paterna e que esta degradação também atinge as funções que são normalmente desempenhadas pelo pai em nossa sociedade.

A degradação das funções paternas produz gravíssimas conseqüências tanto no psiquismo como no comportamento do menor abandonado. Por um lado, a função repressiva -determinando o que é permitido e o que é proibido, o que é certo e o que é errado — é responsável pelo aprendizado da noção de Lei. A degradação dessa função lança, portanto, o menor abandonado no âmbito da mais intensa arbitrariedade. Essa situação, por sua vez, faz com que o menor não consiga distinguir o que é sua imaginação do que é realidade, ou seja, ele não consegue estabelecer um limite entre o que vai em sua mente e o que se passa no mundo fazendo com que, muitas vezes, ele confunda esses dois âmbitos. No caso de Alexandre e seus irmãos, essa confusão se manifesta, por exemplo, na crença de que pode enfrentar (e até vencer) a polícia, num confronto direto.

Por outro lado, a desproteção e o desamparo que se devem à degradação do pai faz com que o menor abandonado seja acometido do mais profundo terror devido à constante ameaça de morte a que está sujeito. Não precisamos de muita ciência para afirmar que uma pessoa aterrorizada que desconhece a Lei enquanto princípio é capaz de praticar qualquer desatino e, ao mesmo tempo, sofrê-lo.

Finalmente, gostaria de observar que o desamparo que caracteriza o menor abandonado se manifesta, também, sob a forma da ausência de discussões, debates e estudos sistemáticos sobre a condição de existência desse personagem. Por ser abandonado, pouco mais temos a dizer sobre o menor abandonado.

.. ^ ^

Hoje, as questões associadas a essa experiência que ainda me ocupam, se referem às questões metodológicas e técnicas que procuro

incorporar em minha atual prática clínica que está circunscrita no âmbito do consultório.

Creio que a principal lição que recebi dessa experiência refere-se a uma peculiar concepção tanto do psicanalista, como do aspecto institucionalizado do dispositivo analítico que é chamado de "enquadre" ou de *setting*. A "psicanálise de rua" ensinou-me que é possível e, muitas vezes, necessário se conceber um enquadre mole — expressão que se inspira no relógio mole de Salvador Dalí — como é também necessário se conceber os desvios da ortodoxia não como ameaças à psicanálise, mas como verdadeiras complicações da psicanálise. Nesta concepção, duas são as principais ameaças ao exercício da psicanálise: a intrusão e a perda de identidade do analista. Quanto mais flexível o enquadre, maior a possibilidade de uma intrusão, ou seja, de uma invasão de um elemento externo ao dispositivo que vem perturbar e complicar ainda mais o trabalho psicanalítico. Por outro lado, o enquadre mole dificulta a formação de rotinas que freqüentemente acabam por servirem de graves mecanismos de resistência à análise.

Tenho observado, também, que freqüentemente a identidade do analista está, pelo menos em parte, baseada no enquadre. Ora, nesses casos, qualquer variação deste pode colocar uma ameaça à identidade do analista.

Só quando o psicanalista se dá conta de que o enquadre é um instrumento a serviço de seu desejo e que sua identidade é desejante, é que o enquadre pode se flexibilizar e fazer parte viva do dispositivo analítico.

Assim, dentre as numerosas questões metodológicas e técnicas que a experiência narrada acima suscita, gostaria de me referir às seguintes: 1^o) a demanda e 2-) a permeabilidade do dispositivo.

A *questão da demanda* se refere à possibilidade de uma psicanálise em que a demanda é formulada pelo psicanalista e não pelo possível cliente. Em outras palavras, ainda que se diga que o desejo do psicanalista precede a demanda, esta é considerada indispensável para a ocorrência da psicanálise.

Nos escritos de Freud a preeminência da demanda é sempre evidente: o Professor é sempre *procurado* por alguém que 1^o) possui um *sintoma* que o faz *sofrer* e 2^o) que acredita que o Professor possui um *saber* capaz de eliminar o sofrimento fazendo desaparecer o sintoma.

Assim, a demanda possui um duplo aspecto e Freud é bastante explícito a respeito de sua importância para o andamento do tratamento.

Na situação de uma "psicanálise de rua", entretanto, o profissional não é procurado por alguém com uma demanda. Porém, isso não quer dizer que uma demanda não existe, ou melhor, é evidente que o sintoma que faz sofrer está presente. No caso dos menores delinqüentes, o sintoma é o ato criminoso — um surto delirante acompanhado de um ato violento que, quando é superado e é lembrado, produz intenso sofrimento. O que não está presente é a crença que o psicanalista é um profissional que possui um saber *capaz* de eliminar o sofrimento fazendo desaparecer o sintoma. Ou seja, ao contrário do que ocorria em Viena, nos tempos de Freud, este suposto saber não faz parte do universo simbólico dessa população e, portanto, a psicanálise literalmente não existe. Ora, se a psicanálise não existe, é necessário que se pergunte, inicialmente, como um grupo de profissionais ativamente em busca de clientes pode ser concebido pelos possíveis clientes. No Largo de Osasco, fomos, assim que chegamos, denominados de "gringos", expressão que por algum tempo nos divertiu já que imaginávamos que éramos considerados estrangeiros tendo nascido em São Paulo. Porém, a nossa diversão durou pouco: até descobrirmos que "gringo" queria dizer o freguês do ponto de venda de maconha que não consegue se disfarçar, freguês "bandeiroso" que põe em risco a existência do ponto. Quando descobrimos isso — uma forma um tanto dramática de nos reencontrarmos com a polissemia das palavras — vimo-nos na imperiosa contingência de nos identificar. Mas como, se aquilo que éramos não possuía uma existência no universo dos menores? Adotamos, então, uma definição profissional que nos aproximava do que pretendíamos ser e que, ao mesmo tempo, tivesse algum significado compatível no universo dos menores. Assim, passamos a dizer que éramos psicólogos e que trabalhávamos com o padre (da Igreja Católica) que freqüentava a prisão de Osasco. Passamos, então, a ser vistos pelos menores como psicólogos (nunca descobri o que isso queria dizer para os menores, mas evidentemente essa era uma palavra reconhecida por eles) que trabalhavam com o padre que, por sua vez, era visto como um aliado pelos

menores. A partir daí foi possível estabelecer uma relação terapêutica, ou seja, passamos a ser vistos como pessoas que podiam tratá-los. Essa condição foi reafirmada quando conseguimos que um médico nos acompanhasse e medicasse, no Largo, um dos menores que apresentava sintomas de intoxicação.

Esses episódios nos proporcionaram um espaço em que as conversas foram se tornando mais íntimas e tivemos sensações de que começavam a nos ver como pessoas que podiam tratar de seus sofrimentos. Creio que foi nesse momento que se estabeleceu uma transferência dos menores para nós. Estávamos, entretanto, longe de sermos vistos como psicanalistas. Mas esse era um começo promissor.

Na minha clínica, parece-me evidente que a demanda por análise subentende uma concepção do psicanalista que se desfaz e se refaz na medida em que a análise se desenrola e que a demanda, que é o motor da busca do cliente por uma análise, está indissoluvelmente associada às concepções que se têm do analista. O que o trabalho com os menores me ensinou, a este respeito, é que a demanda faz parte de um determinado universo cultural do qual a psicanálise faz parte e que, num universo onde a psicanálise está ausente, há necessidade de que ela se apresente não como algo radicalmente novo — o que impediria seu reconhecimento — mas associado a algo que faz parte do universo simbólico - por exemplo, a psicologia ou a medicina — para que possa ser imaginada já que, como nos diz Heidegger:³ "A essência da imagem é a de nos fazer ver qualquer coisa". Ou seja, é no âmbito da imaginação que o sofrimento provocado pelo sintoma se articula ao psicanalista, o qual passa a ser procurado com o intuito de aliviar tal sofrimento e suprimir o sintoma.

Ora, num âmbito cultural em que a psicanálise está ausente, a presença do psicanalista engendra a demanda através de uma ação que se pretende exemplar. Nesse sentido, a psicanálise se perfila ao lado das profissões que se dedicam à mitigação do sofrimento humano e é só ao longo do trata-

3. Martin Heidegger: "... L'Homme habite en poète..." in *Essais et conférences*, Paris, Gallimard, 1958.

mento que se revela a sua radical novidade: *the talking cure*. Em outras palavras, ela adquire uma imagem graças a uma série de equívocos que vão se desfazendo e se refazendo ao longo do tratamento.

O dispositivo psicanalítico, por sua vez, constitui o âmbito do tratamento e inclui um aspecto estrutural (o que é relativamente padronizado e repetitivo ao longo do tratamento) que é denominado de enquadre ou *setting*. No caso da "psicanálise de rua" com menores delinquentes, o dispositivo apresenta um *setting* extremamente variável e sujeito à intrusões, o que torna a psicanálise extremamente complicada. Assim, por exemplo, na clínica tradicional o horário e a frequência das sessões fazem parte do contrato que estabelece uma regularidade. Na "psicanálise de rua" tivemos que aprender a trabalhar sem regularidades de tempo pois os menores nunca conseguiram estabelecer uma rotina, ou melhor, a lógica de sua rotina é outra: está submetida às oportunidades que a cidade oferece para a sua sobrevivência. Assim, era freqüente termos que procurá-los pelas ruas do centro de Osasco onde podíamos encontrá-los catando papel ou cheirando cola de sapateiro num terreno baldio. Os psicanalistas observavam, entretanto, uma rígida regularidade: ficávamos com eles só às sextas-feiras, das 9:00 às 12:00 hs e só os tratávamos num determinado local; primeiro, com o grupo de meninos mais velhos, no Largo onde engraxavam sapatos e vendiam maconha (nunca na nossa presença) e depois, com o grupo de meninos menores, no estacionamento de um supermercado. Fora desses locais nos restringíamos a chamá-los e convidá-los a nos encontrarem. A nossa aderência à regularidade serviu para que, como no jogo de bafo onde as figurinhas são viradas e desviradas, aparecendo e desaparecendo, constituíssemos uma presença que possibilitasse a transferência.

Entretanto, aprendi, com essa experiência, que o enquadre do dispositivo pode e, muitas vezes, deve ser flexível pois a sua rigidez tem por função evitar o aparecimento de ameaças que estão sempre ligadas ao erotismo (e à pulsão de morte). Aprendi, também, a ser flexível com as técnicas, pois freqüentemente era levado a passar de uma situação que denomino próxima da análise de adulto, para outra, de brincadeira,

que denomino próxima da análise de criança. Aprendi, afinal e acima de tudo, que a identidade do psicanalista se restringe ao seu desejo e não aos signos que demarcam o dispositivo e que tem por função descomplicar o tratamento ainda que, se rigidificados, podem se tornar graves mecanismos de resistência à análise.

*Texto originalmente publicado em Manoel Tosta Berlinck. *Psicanálise da clínica cotidiana*. São Paulo: Escuta, 1988, p.23-42.